

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**SECRETARIA DE ENGENHARIA E SERVIÇOS DE APOIO – SESAP  
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO – SPC**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PARA A AQUISIÇÃO DE PASSAGENS AÉREAS  
PARA O TCDF****1. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

1.1. O Tribunal de Contas do Distrito Federal, no exercício de suas competências institucionais, necessita viabilizar de forma recorrente viagens de seus servidores e autoridades para outros pontos do território nacional e eventualmente para o exterior, tanto para o cumprimento de missão de serviço, quanto para a participação em eventos de capacitação de interesse do Órgão. Trata-se, pois, de uma necessidade permanente do Órgão.

1.2. Nesse sentido, a Resolução TCDF nº 358/2022 estabelece em seu artigo 1º que:

“Os Conselheiros, Auditores, membros do Ministério Público e servidores do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que se afastarem do Distrito Federal, em objeto de serviço, para outro ponto do território nacional ou para o exterior, farão jus a diárias, seguro de viagem internacional para cobertura de riscos pessoais de saúde, quando for o caso, e **passagens** ou ressarcimento de despesa com transporte na forma prevista nesta Resolução e em seus Anexos I, II e III.”

1.3. Por sua vez, no art. 17 da mesma Resolução, observa-se orientação de **preferência para aquisição de passagens aéreas** em relação a outras modalidades de transportes.

“Os Conselheiros, Auditores, membros do Ministério Público e servidores do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que se afastarem do Distrito Federal, em objeto de serviço, para outro ponto do território nacional ou para o exterior, farão jus à passagens, sem prejuízo das diárias, as quais poderão ser:

I – aéreas, quando houver disponibilidade de transporte aéreo regular no trecho pretendido;

II – rodoviárias, ferroviárias ou hidroviárias, tipo leito, quando:

a) não houver disponibilidade de transporte aéreo regular no trecho pretendido;

b) não houver disponibilidade de transporte aéreo regular na data prevista para o afastamento;

c) o beneficiário manifestar preferência por um desses meios de locomoção em detrimento do transporte aéreo, desde que o custo seja menor do que o com a emissão de passagens aéreas.

1.4. A aquisição de passagens aéreas, considerando o contexto das necessidades do TCDF, que algumas vezes ocorre em situações que requerem urgência, exige a combinação simultânea de celeridade, adequação à melhor programação da viagem e melhor preço, fatores esses que são de difícil conciliação, principalmente nas ocorrências de compras em pequenos intervalos de tempo em relação à data da viagem, tendo em vista o caráter volátil dos níveis de preços praticados pelas companhias aéreas.

1.5. Dessa forma, por característica de mercado, a compra direta e circunstancial perante as companhias aéreas reduz consideravelmente as possibilidades de aquisição de passagens aéreas a preços moderados, em face das variações imprevisíveis dos valores, o que dificulta também o aproveitamento de economia de escala.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**SECRETARIA DE ENGENHARIA E SERVIÇOS DE APOIO – SESAP  
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO – SPC

1.6. Diante desse cenário, é bastante comum no âmbito da Administração Pública nacional, a contratação de serviços de agenciamento para aquisição de passagens aéreas, estratégia essa que simplifica e torna mais célere os procedimentos de compras de passagens, tendo em vista a especialização dos operadores desse mercado, que disponibilizam sistemas informatizados via web, integrados aos portais de compras das companhias aéreas, permitindo a seleção do melhor preço dentre as ofertas disponibilizadas para o trecho de viagem escolhido, bem como o aproveitamento de economia de escala, que se manifesta por meio de benefícios e descontos oferecidos pelas companhias, devido ao volume de operações realizadas pela agência de viagens.

1.7. Observa-se também essa possibilidade de contratação, no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal, no art. 25, §2º, do Decreto Distrital nº 39.573/2018, conforme transcrito a seguir.

§ 2º Para os órgãos ou entidades que não possuem contrato próprio com agência de turismo para aquisição de passagens, deverão providenciar a contratação, observadas as normas gerais de orçamento e finanças, o procedimento licitatório, ressalvadas as situações de dispensa previstas na Lei nº 8.666/93, ou aderir a uma das atas vigentes contratadas para esse fim.

1.8. O TCDF já realiza anualmente, por meio de licitação, esse tipo de contratação. Ocorre que o contrato atual de prestação de serviço de agenciamento de viagens findará em 31/12/2023 (Contrato TCDF nº 3/2023 - Processo nº 00600-00009979/2022-27, peça nº 56, e-Doc 01CE8D3A), sem possibilidade de renovação, sendo necessária nova contratação para atender às demandas de emissão de passagens aéreas para o período de 12 (doze) meses.

1.9. A Portaria TCDF nº 253, de 23 de outubro de 2020, que vedava viagens a trabalho, foi revogada pela Portaria TCDF nº 124, de 05 de maio de 2022, que dispõe sobre o retorno gradual e seguro ao trabalho presencial, dos servidores e colaboradores, no âmbito do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

1.10. A situação apresentada evidencia, portanto, o necessário planejamento de nova contratação desse serviço, principalmente, considerando que possíveis solicitações, que de imediato venham surgir, possam ter caráter emergencial, necessitando, portanto, de contrato em vigor.

1.11. Cabe ainda esclarecer que o modelo de contratação adotado pelo TCDF não implica ocorrência de despesa automática, ou seja, líquida e certa de ocorrer, tendo em vista que as passagens aéreas serão adquiridas, sob demanda, mediante o surgimento da necessidade da Corte de Contas.

## **2. DA MELHOR SOLUÇÃO**

2.1. Tendo em vista tratar-se de contratação anual, orientada por norma interna, atualizada pela Resolução TCDF nº 358/2022, a pesquisa foi direcionada para a verificação de eventuais atualizações nos formatos de contratações existentes no mercado que estejam sendo utilizados no âmbito da Administração Pública.

2.2. Conforme já mencionado no tópico anterior, o TCDF adquire passagens aéreas de forma indireta, por meio da contratação de empresa especializada, que disponibilize sistema “on-line” automatizado via rede mundial de computadores, contemplando o serviço de agenciamento de viagens, sob demanda, considerando a cotação, reserva, emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**SECRETARIA DE ENGENHARIA E SERVIÇOS DE APOIO – SESAP  
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO – SPC

2.3. Constitui exigência do modelo de contratação, adotado pelo TCDF, que o sistema automatizado disponibilizado pela CONTRATADA possua acesso “on-line” via rede mundial de computadores e ofereça as seguintes funcionalidades:

“Acesso interligado diretamente com os sites das empresas aéreas do Brasil, das principais empresas aéreas internacionais e dos principais sistemas GDS (Global Distribution System) ou CRS (Central Reservation System), como, por exemplo, o Sabre e o Amadeus, por servidores designados pelo CONTRATANTE, em nível de requisitante, que possibilite a cotação, reserva (self-booking), remarcação, cancelamento, requisição e emissão de bilhete de passagem (self-ticket) em formato Eticket ou similar, juntamente com o pagamento de tarifa de bagagem eventualmente cobrada pela companhia aérea.” (Item 3.1.1.1 do Termo de Referência TCDF nº 22/2021).

2.4. Observa-se, pois, pela descrição do conjunto de requisitos exigidos para o sistema, que o fluxo de tarefas relacionadas à atividade de aquisição e gerenciamento de passagens aéreas ocorre de forma centralizada, via acesso direto, por servidor designado pelo Tribunal, o que possibilita celeridade, simplificação operacional e controle de todo o procedimento pelo próprio CONTRATANTE.

2.5. A opção por contratar serviço de agenciamento de viagens, portanto, justifica-se pela celeridade e eficiência na aquisição de cada bilhete aéreo. A centralização das operações via sistema com opção de reserva, cotação eletrônica e emissão de passagens de todas as companhias aéreas facilita a busca e comparação de preços de forma mais rápida que em pesquisas feitas de forma separada em cada companhia aérea.

2.6. Por sua vez, as alterações de voos e remarcações, que eventualmente ocorram durante o exercício, também podem ser resolvidas de forma direta e satisfatória, evitando com que colaboradores desta Casa desviem suas atividades para tentar resolver com centrais de atendimento das companhias aéreas.

2.7. Quanto ao modelo adotado para a apresentação da proposta na licitação, trata-se de procedimento já consolidado no âmbito do TCDF a oferta do maior desconto, a ser aplicado sobre os valores das passagens. Em face do caráter volátil dos preços das passagens aéreas, aliado a situações de imprevisibilidade do momento de aquisição e da necessidade de usufruir de benefícios de economia de escala, a oferta do maior desconto apresenta-se como mecanismo mais adequado para o alcance desses objetivos.

2.8. Dessa forma, adota-se no TCDF o critério de maior percentual de desconto, a ser aplicado sobre o valor do volume de vendas de passagens aéreas, nacionais e internacionais, inclusive sobre as tarifas promocionais e reduzidas disponíveis no momento da compra e sobre as tarifas de bagagens eventualmente cobradas pela companhia, excluídas apenas as taxas de embarque, remarcação, cancelamento e agenciamento de viagens, para julgamento e classificação das propostas, observados os prazos máximos, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no Edital de licitação.

2.9. Justifica-se, no referido modelo, a não submissão da taxa de agenciamento ao percentual de desconto, tendo em vista sua natureza distinta em relação às passagens aéreas. A taxa de agenciamento constitui remuneração consagrada no mercado em face da prestação do serviço de agenciamento devida às agências de viagens, possuindo, em geral, valor fixo durante a vigência contratual. A taxa de agenciamento, portanto, não possui o comportamento volátil apresentado pelas passagens aéreas, as quais, precipuamente, têm suas precificações originárias estabelecidas pelas companhias aéreas. A taxa de agenciamento constituirá, então, parcela de custo unitário fixo

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**SECRETARIA DE ENGENHARIA E SERVIÇOS DE APOIO – SESAP  
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO – SPC

em relação ao valor total de cada operação de aquisição de passagens aéreas. Diante desse contexto, para a taxa de agenciamento, é adotado o valor médio representativo da faixa de mercado.

2.10. Esse modelo já vem sendo adotado em vários exercícios financeiros do TCDF. O procedimento não afeta a relação das Agências de Viagens com as Companhias Aéreas nacionais e internacionais existentes; uma vez que as negociações ocorridas entre as Companhias Aéreas e Agências de Viagens circunscrevem-se por incentivos de volume de vendas realizados, conforme bem descrito no voto relator do *Acórdão TCU nº 1.314/2014-Plenário*:

*“Com efeito, já se sabe das negociações de praxe no mercado de passagens aéreas, em que as companhias aéreas oferecem incentivos às agências em função do volume de vendas e do cumprimento de metas. E entendemos que esses incentivos são pagos a partir do volume de vendas total de uma agência, não apenas daquelas decorrentes do contrato com um órgão público específico. E se diversos contratos com a administração pública vêm sendo cumpridos dessa forma, então faticamente demonstra-se sua exequibilidade, [...]”*

2.11. Registre-se que, originalmente, o TCDF realizou um estudo comparativo entre o modelo que adota como critério de julgamento o menor valor ofertado para a RAV (Remuneração do Agente de Viagem) e o modelo com base no maior desconto, no qual ficou demonstrado que o critério de julgamento com base no maior percentual de desconto sobre as passagens se apresentou mais vantajoso (conforme peça nº 12, e-DOC 6ACAC878, Processo–TCDF nº 27740/2015).

2.12. Em vista desse estudo, esse modelo de contratação vem sendo utilizado nos certames do TCDF para aquisição de passagens aéreas desde o Pregão Eletrônico nº 37/2014, sem prejuízo para as licitações ou para a Administração. No Pregão Eletrônico nº 1/2022, por exemplo, o certame contou com 15 (quinze) licitantes e o contrato transcorreu sem maiores problemas.

2.13. Saliente-se ainda que a disputa no certame realizada com base no maior percentual de desconto ofertado para a passagem aérea emitida, tem base legal – especialmente, no art. 6º (XLI) e art. 33 (II) da Lei nº 14.133/2021 – e já é medida consolidada nesta Corte de Contas como procedimento adequado na seleção do prestador de serviço há quase um decênio.

2.14. Não obstante, foram realizadas pesquisas no que tange às contratações dos serviços para fornecimento de passagens aéreas no âmbito de outros Órgãos da Administração Pública, com o objetivo de identificar as soluções utilizadas, a fim de balizar a avaliação proposta no presente estudo.

2.15. Nesse contexto, optou-se por tomar como parâmetro para a pesquisa a forma de contratação utilizada por Órgãos que constituem boas referências administrativas para outros órgãos, tendo alguns deles grande volume de emissão de passagens aéreas anualmente.

2.16. A Tabela a seguir traz os Órgãos avaliados e a respectiva forma de julgamento adotada na licitação, além das informações do certame e do contrato, quando existente. É relevante destacar que todos eles optaram por contratar serviço de agenciamento de viagens, ao invés da aquisição direta de passagens aéreas perante as companhias aéreas, posição essa que vem sendo adotada pelo TCDF há muitos anos, conforme já abordado.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**SECRETARIA DE ENGENHARIA E SERVIÇOS DE APOIO – SESAP  
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO – SPC**Tabela 1 - Contratações dos serviços de intermediação na aquisição de passagens aéreas.**

Órgão	Pregão Eletrônico	Contrato	Critério de Julgamento
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT)	76/2022	004/SG/MPDFT/2023	menor valor da taxa de agenciamento
Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TC-GO)	8/2023	25/2023	menor valor da taxa de agenciamento
Senado Federal	85/2023	-	maior desconto
Câmara dos Deputados	59/2019	2019/117.5 (5º TA)	maior desconto
Tribunal de Contas da União	17/2022	29/2022	maior desconto
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	41/2020	86/2020	maior desconto
Poder Executivo Federal (Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP)	Chamamento Público – Credenciamento de Companhias Aéreas		maior desconto com as companhias aéreas

2.17. Observa-se dos dados da Tabela que o MPDFT e o TC-GO adotam como critério de julgamento na licitação o menor valor da taxa de agenciamento. Sobre essa alternativa, conforme já mencionado no item 2.11 do presente documento, o TCDF realizou um estudo comparativo em 2015, entre o critério de julgamento pelo menor valor ofertado para a RAV (Remuneração do Agente de Viagem) e o critério com base no maior percentual de desconto. No referido estudo, foi demonstrado que o modelo de julgamento com base no maior percentual de desconto se apresentou mais vantajoso para a realidade de uso do TCDF (peça nº 12, e-DOC 6ACAC878, Processo–TCDF nº 27740/2015).

2.18. Por sua vez, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, o TCU e o TJDFT adotam o critério do maior desconto, quando o preço ofertado pelo licitante é menor que o valor de referência do Edital; tomando essa diferença de valor, para determinar o percentual de desconto a ser aplicado sobre preço das passagens. Segundo regra do Edital, quando isso acontece, o valor da taxa de agenciamento será zero.

2.19. A sistemática adotada por esses órgãos possui ainda mais uma particularidade. É admitida proposta de valor maior que o valor de referência do Edital. Nessa hipótese, não há oferta de desconto sobre as passagens e a taxa de agenciamento terá valor positivo, correspondente a essa diferença.

2.20. Enfim, o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP, de propriedade do Governo Federal, adota o maior desconto obtido diretamente perante as companhias aéreas credenciadas em chamamento público. Esses descontos são limitados à faixa de 3% a 5%, sem a intermediação de agências de viagens. Nesse sistema, o agenciamento só é permitido nos casos em que a aquisição direta com as companhias aéreas não é possível. O agenciamento é, portanto, uma exceção. O SCDP é de utilização obrigatória pelos órgãos do governo federal.

2.21. Comparando a sistemática desses órgãos com o modelo de julgamento adotado pelo TCDF, o que se tem a destacar é que o modelo do TCDF utiliza diretamente o critério de maior desconto



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**SECRETARIA DE ENGENHARIA E SERVIÇOS DE APOIO – SESAP  
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO – SPC

previsto no art. 6º (XLI), art. 24 (parágrafo único) e art. 33 (II) da Lei nº 14.133/2021, adotando-se um percentual estimado mínimo de desconto para a aceitação da proposta na licitação.

2.22. Registre-se ainda que ao adotar diretamente o critério de maior desconto, o TCDF segue em busca de maior economicidade, alinhando-se com as orientações previstas no caput e §2º de art. 34 da Lei nº 14.133/2021, na medida em que o desconto ofertado deverá ser preservado em eventuais Termos Aditivos.

2.23. Destaque-se também que a economia de escala, quando possível, deverá ser perseguida pela Administração, sendo notável a possibilidade de seu alcance por meio do contrato de agenciamento de viagens, que se manifesta por meio de benefícios e descontos oferecidos pelas companhias, devido ao volume de operações realizadas pela agência de viagens, os quais podem ser repassados ao CONTRATANTE por meio da oferta de desconto na proposta apresentada na licitação.

2.24. Nesse contexto, o presente estudo técnico procura trazer para a fase de planejamento abordagem mercadológica que deve ser considerada na definição de critérios e condições mais vantajosas para a Administração, considerando os potenciais de economia de escala, em conformidade com as definições trazidas pelo art. 18 (caput) e inciso VII da Lei nº 14.133/2021, abaixo transcritos.

*“Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual (...) bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:*

*VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala.”*

2.25. Em síntese, ao definir um valor de desconto mínimo como condição para aceitação da proposta na licitação, o TCDF está viabilizando eventual alcance de economia de escala, fator natural das relações mercadológicas envolvidas na execução do objeto.

2.26. Diante do exposto, conclui-se que o modelo atual de contratação adotado pelo TCDF para aquisição de passagens aéreas deve ser preservado, por constituir a melhor solução para o atendimento das necessidades descritas no presente estudo, considerando o contexto histórico de contratação, a experiência gerencial positiva alcançada ao longo dos anos, o alcance de economia de escala e as orientações normativas internas do Órgão.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A empresa Contratada deverá realizar o fornecimento de passagens aéreas para qualquer trecho servido por linhas aéreas regulares, abrangendo todo o território nacional e destinos no exterior, mediante a instalação, em computadores do TCDF previamente indicados, ou por meio de acesso em nuvem, de **sistema automatizado** com acesso *on-line* via rede mundial de computadores, com as seguintes funcionalidades:

3.1.1. Acesso interligado diretamente com os sites das empresas aéreas do Brasil, das principais empresas aéreas internacionais e dos principais sistemas GDS (*Global Distribution System*) ou CRS (*Central Reservation System*), como, por exemplo, o Sabre e o Amadeus, por servidores designados pelo CONTRATANTE, em nível de requisitante, que possibilite a cotação, reserva (*self-booking*), remarcação, cancelamento, requisição e emissão de bilhete de

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**SECRETARIA DE ENGENHARIA E SERVIÇOS DE APOIO – SESAP  
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO – SPC

passagem (*self-ticket*) em formato *Eticket* ou similar, juntamente com o pagamento de tarifa de bagagem eventualmente cobrada pela companhia aérea.

3.1.2. Registro de todo o histórico de emissão, cancelamento, remarcação e utilização de passagens aéreas, fornecendo, detalhadamente, a identificação dos passageiros, o itinerário, o preço da passagem e de outras tarifas cobradas e o motivo da viagem a serem alimentados por meio eletrônico em base gerencial de dados disponível.

3.1.3. Possibilitar a emissão de cartões de embarque (pass boarding).

3.1.4. Visualização em tela única dos menores preços de passagens aéreas e das tarifas de bagagens com indicação do menor preço total.

3.1.5. Dispor de mecanismos de segurança, que garantam a autenticidade, inviolabilidade e integridade das informações, mantendo sigilo absoluto sobre dados e documentos integrantes dos serviços a serem prestados.

3.1.6. Possibilitar a solicitação de ressarcimento pelos bilhetes emitidos, pagos e não utilizados, deduzidos os valores referentes às multas e taxas cobradas pelas empresas aéreas.

3.1.7. Dispor de ferramenta para calcular e simular possíveis cancelamentos, compreendendo o valor da multa e o percentual presente nas regras tarifárias de cada companhia.

3.1.8. Possibilitar o cadastro e exclusão de usuários a qualquer tempo e a definição do nível de acesso deles.

3.1.9. Disponibilizar, no mínimo, os seguintes itens a serem informados na resposta ao serviço de reserva de passagem aérea (self-booking):

3.1.9.1. nome do passageiro;

3.1.9.2. horário do voo;

3.1.9.3. número do pedido da poltrona;

3.1.9.4. número do código de reserva; e

3.1.9.5. escalas e conexões dos voos.

3.1.10. Dispor de mecanismo gerador de relatórios, em planilha eletrônica, contendo o histórico de cotações, reservas, compras, remarcações e cancelamentos, por período e usuário, e que possibilite a aplicação de filtros desejados pelo usuário para visualização e/ou impressão.

3.1.11. Funcionar por meio de um aplicativo que utilize a internet como canal de acesso, sendo exigida a utilização de senhas de acesso.

3.1.12. Permitir a criação dos seguintes perfis ou grupos de usuários, cujos acessos se darão por meio de senha individual na forma do item anterior:

3.1.12.1. **Grupo de Usuário Requisitante** - formado pelos executores/fiscais do contrato, entendidos estes como os responsáveis pela cotação, reserva e pela requisição de emissão, remarcação e cancelamento de passagens.

3.1.12.2. **Grupo de Usuário de Auditoria** - formado por servidores do TCDF, com atribuição de monitorar o procedimento de fornecimento de passagens aéreas.

3.1.13. Emissão de bilhete para os seguintes trechos:



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF

SECRETARIA DE ENGENHARIA E SERVIÇOS DE APOIO – SESAP  
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO – SPC

3.1.13.1. Dentro do território nacional; e

3.1.13.2. Diversos destinos internacionais,

3.1.14. Elaboração de plano de viagem para passagens internacionais, com diferentes alternativas.

### 3.2. DEFINIÇÕES RELATIVAS AOS SERVIÇOS CONTRATADOS

3.2.1. AGENCIAMENTO DE VIAGEM: serviço que compreende a emissão, remarcação e cancelamento de passagem aérea *on-line*, por meio do sistema descrito no item 3.1.

3.2.2. CANCELAMENTO: compreende a desistência de utilização de bilhete emitido, gerando ou não valores de reembolso, gerando ou não multa pelas companhias aéreas, conforme as regras vigentes dessas.

3.2.3. EMISSÃO: compreende a cotação, pesquisa, reserva, marcação de assentos, definição do pagamento das tarifas de bagagens, compra e emissão de bilhetes de passagem em formato Eticket.

3.2.4. PASSAGEM AÉREA: bilhete de companhia aérea que abrange um trecho (origem - destino) da viagem.

3.2.5. REMARCAÇÃO: compreende alteração de datas, trechos ou horários de voos.

3.2.6. SISTEMA ON-LINE AUTOMATIZADO: sistema de computador que utilize tecnologia da comunicação e informação com as características citadas no item 3.1.1 do presente Instrumento.

3.2.7. TRECHO: compreende todo o percurso entre a origem e destino, independentemente de existirem conexões ou serem utilizadas mais de uma companhia aérea.

### 3.3. CONDIÇÕES PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM CUMPRIDAS PELA CONTRATADA

3.3.1. Instalar e manter funcionando o sistema a que se refere o item 3.1, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, em computadores do TCDF previamente indicados.

3.3.1.1. A CONTRATADA proverá o suporte técnico, manutenção e atualização do sistema a que se refere o item 3.1, das 8h às 18h, nos dias em que houver expediente no TCDF, por iniciativa própria, quando constatada a necessidade, ou a requerimento do executor/fiscal do contrato para solucionar problemas pontuais ou contínuos.

3.3.1.2. O TCDF poderá requisitar à CONTRATADA a instalação do sistema em outros computadores indicados pelo fiscal/executor do contrato necessários para a regular prestação dos serviços.

3.3.2. Avisar previamente ao executor/fiscal do contrato sempre que o sistema estiver indisponível para uso, informando os motivos e o prazo para restabelecimento.

3.3.3. Disponibilizar para o CONTRATANTE, plantão de telefones fixos e/ou celulares, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, para atender a demandas não possíveis de serem efetuadas pelo sistema a que se refere o item 3.1.

3.3.4. Encaminhar os bilhetes de passagens ao fiscal/executor do contrato (por ferramenta on-line de autoagendamento – self-booking –, pessoalmente ou via e-mail) em, no máximo, 2 (duas) horas a partir da solicitação.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**SECRETARIA DE ENGENHARIA E SERVIÇOS DE APOIO – SESAP  
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO – SPC

3.3.5. Indicar o funcionário que atenderá os casos excepcionais e urgentes, que ocorrerem nos finais de semana, feriados ou fora do horário de expediente, por intermédio de serviço telefônico fixo, móvel celular ou outro meio a ser acordado.

3.3.6. Efetuar reservas, emissão e remarcação de bilhetes em caráter de urgência, quando solicitado pelo CONTRATANTE, que poderá ocorrer fora do horário de expediente, inclusive aos sábados, domingos e feriados, devendo o bilhete estar à disposição do CONTRATANTE em tempo hábil para o embarque do passageiro.

3.3.7. Possuir escritório/loja no Distrito Federal ou, caso esteja sediada em outro Estado da Federação, deverá disponibilizar número de telefone com ligação gratuita ou a preço de ligação local.

3.3.8. Prestar assessoramento para definição do melhor roteiro, horário e frequência de voos (partida/chegada).

3.3.9. A escolha da passagem mais vantajosa levará em consideração não apenas o menor preço, mas também o tempo de voo, o número de conexões ou escalas, o horário de embarque e desembarque, bem como a antecedência em relação ao evento ou compromisso no destino final (Art. 20, § 1º, da Resolução TCDF nº 358/2022).

3.3.10. As sugestões de rotas devem sempre priorizar cotação para os voos mais diretos (evitando-se trechos com escalas e conexões) e de menor preço, dando-se preferência para horário de saída a partir das 7h na origem e de chegada até as 22h no destino; salvo em caso de definição diferente do CONTRATANTE, observando as orientações constantes do Art. 20, § 3º, da Resolução TCDF nº 358/2022.

3.3.11. A CONTRATADA deverá manter atualizada a relação das empresas filiadas ao sistema, com as quais mantenha convênio, informando mensalmente ao CONTRATANTE, quando da remessa da Nota Fiscal de serviços realizados no transcurso do mês, as inclusões e/ou exclusões de novas empresas.

3.3.12. Reembolsar ao CONTRATANTE qualquer passagem não utilizada que este venha a lhe devolver, inclusive em decorrência da rescisão ou extinção do contrato, observado o disposto no item 3.3.15.1.

3.3.13. Reservar, emitir, remarcar e substituir passagens aéreas para as rotas nacionais e internacionais, inclusive permitir a aquisição de bilhetes diretamente nas lojas das empresas aéreas, localizadas ou não nos aeroportos, quando os sistemas de gestão de viagens ou da companhia aérea estiverem fora do ar e o prazo para a aquisição do bilhete antes do horário de embarque for exíguo, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados.

3.3.14. Apresentar alternativas viáveis, no caso de não haver disponibilidade de vagas nas datas e horários requisitados, bem como adotar outras medidas necessárias à confirmação das reservas solicitadas.

3.3.15. Adotar as medidas necessárias para promover o cancelamento de passagens de trechos não utilizadas, independentemente de justificativa por parte do CONTRATANTE.

3.3.15.1. Promover, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, além do limite estabelecido pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e mesmo que findo o contrato celebrado, reembolso de passagens não utilizadas pelo CONTRATANTE, mediante solicitação feita por meio de documento oficial, a contar do recebimento do referido documento, ou quando identificada a não utilização do bilhete pela própria CONTRATADA, após a data de embarque prevista, com emissão de nota de crédito em favor do CONTRATANTE, a

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**SECRETARIA DE ENGENHARIA E SERVIÇOS DE APOIO – SESAP  
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO – SPC

ser utilizada como abatimento no valor de faturas posteriores, ou, no caso de inexistência destas, reembolsadas pela CONTRATADA mediante depósito em conta corrente do CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

3.3.15.2. A nota de crédito deverá conter detalhadamente os encargos descontados pelas empresas aéreas, segundo as regras tarifárias vigentes, a fim de proporcionar a conferência por parte dos executores do contrato.

3.3.15.3. Caso a empresa não emita nota de crédito no prazo citado ou não informe o valor dos trechos não utilizados, o valor total do bilhete será retido em fatura a ser liquidada, ou, no caso de inexistência destas, reembolsado pela CONTRATADA mediante depósito em conta corrente do CONTRATANTE ou, ainda, cobrada judicialmente.

3.3.16. Providenciar a substituição de passagens quando ocorrer mudanças de itinerário de viagem ou de desdobramento de percurso, mediante requisição do CONTRATANTE. Nos casos em que houver aumento de custo, o valor inicial será complementado e, se houver diminuição de custo, emitir-se-á nota de crédito em favor do CONTRATANTE, a ser utilizada como abatimento do valor da fatura posterior, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da comunicação do CONTRATANTE, ou, no caso de inexistência destas, reembolsadas pela CONTRATADA mediante depósito em conta corrente do CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

3.3.17. Repassar, integral e tempestivamente, todos os descontos promocionais de tarifas concedidos pelas companhias aéreas, tanto sobre passagens quanto sobre bagagens, inclusive os ofertados nos sites das referidas companhias, cobrando o efetivo valor praticado das passagens aéreas, observado o disposto no item 3.5, deste Estudo.

3.3.18. Caso o sistema a que se refere o item 3.1 venha a ficar indisponível, a CONTRATADA deverá entregar os bilhetes de passagens aéreas que forem corretamente emitidos e devidamente confirmados para o fiscal/executor do contrato, via e-mail ou pessoalmente na Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio - SESAP, situada no 3º andar do Edifício Anexo do TCDF, Palácio Costa e Silva, Praça do Buriti, Brasília DF, ou em local indicado pelo CONTRATANTE.

3.3.19. Para a prestação dos serviços, a CONTRATADA deve disponibilizar aos servidores do TCDF designados para essa função, no prazo máximo de 10 (dez) dias do início da vigência do contrato, o sistema com as funcionalidades e características descritas no item 3.1.1 e promover a orientação necessária imediata dos servidores indicados pelo CONTRATANTE para operá-lo.

3.3.19.1. O processo de implantação do sistema pela CONTRATADA compreende o cadastramento dos usuários com a definição das respectivas senhas e perfis de acesso.

3.3.19.2. A CONTRATADA deverá, sem nenhum custo adicional para o CONTRATANTE, prestar todo tipo de assistência aos operadores do sistema, de modo a permitir a boa e regular prestação dos serviços de gerenciamento.

3.3.20. A CONTRATADA deverá respeitar os seguintes prazos quanto à execução dos serviços de agenciamento de viagem:

3.3.20.1. Cotação de preço: em até 2 (duas) horas, a contar da solicitação da CONTRATANTE;

3.3.20.2. Reserva de bilhete: em até 1 (uma) hora, a contar da solicitação da



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCD

SECRETARIA DE ENGENHARIA E SERVIÇOS DE APOIO – SESAP  
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO – SPC

### CONTRATANTE

3.3.20.3. Emissão do bilhete: 30 (trinta) minutos após a autorização da emissão pela CONTRATADA;

3.3.20.4. Entrega do bilhete: imediatamente após a emissão;

3.3.20.5. Marcação de assento: em até 1 (uma) hora, a contar da solicitação da CONTRATANTE;

3.3.20.6. Compra de bagagem: em até 1 (uma) hora, a contar da solicitação da CONTRATANTE;

3.3.20.7. Cancelamento e Remarcação de bilhete: em até 1 (uma) hora, a contar da solicitação da CONTRATANTE;

3.3.21. Em caso de SOLICITAÇÃO DE URGÊNCIA pelo CONTRATANTE, os prazos indicados no item 3.3.20 serão reduzidos pela metade.

### 3.4. CRITÉRIO DE REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.4.1. Os preços das passagens a serem pagos pelo CONTRATANTE serão os praticados pelas companhias aéreas à época da emissão do bilhete da passagem aérea, mantido sempre o percentual de desconto ofertado pela CONTRATADA na licitação, a ser aplicado sobre o valor do volume de vendas de passagens aéreas nacionais e internacionais, inclusive sobre as tarifas promocionais e reduzidas disponíveis no momento da compra e sobre as tarifas de bagagens eventualmente cobradas pela companhia, com a exclusão apenas das taxas de embarque, remarcação, cancelamento e agenciamento de viagens.

3.4.2. A remuneração dos serviços de Agenciamento de Viagens corresponderá à importância fixa estipulada, cujo valor médio estimado consta da Tabela 3, do Tópico 8 deste Estudo, por passagem aérea emitida, conforme definições trazidas no item 3.2, deste Estudo.

3.4.3. O percentual de desconto será fixo e irredutível, ressalvada a hipótese em que as companhias aéreas concedam descontos promocionais em maior percentual à CONTRATADA, caso em que a CONTRATADA repassará ao CONTRATANTE apenas este último desconto.

3.4.4. As taxas exigidas serão exclusivamente as cobradas pelas companhias aéreas, inclusive as correspondentes às passagens internacionais, de acordo com as respectivas regras tarifárias e com os normativos dos órgãos governamentais reguladores, sem prejuízo da aplicação do desconto ofertado na licitação quando for o caso.

3.4.5. Os custos dos serviços de remarcação e cancelamento deverão estar embutidos no custo dos serviços de agenciamento de viagens, observado o disposto no item 3.4.2, acima.

3.4.6. Não haverá pagamento de remuneração ao agente de viagens nos casos de emissões de relatórios gerenciais.

3.4.7. O faturamento pela CONTRATADA deverá ocorrer de forma mensal e corresponder ao valor dos bilhetes emitidos no período, devidamente atestada pelo setor competente para a sua aceitação.

3.4.8. Na hipótese de os valores não serem processados na fatura relativa ao mês da ocorrência, deverão esses ser incluídos na próxima fatura emitida pela contratada.

## 4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**SECRETARIA DE ENGENHARIA E SERVIÇOS DE APOIO – SESAP  
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO – SPC

- 4.1.1. Apresentar Atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado;
- 4.1.2. Apresentar Certificado de registro concedido pelo Ministério do Turismo, conforme previsto na Lei nº 11.771/2008 e no artigo 18 do Decreto nº 7.381/2010;
- 4.1.3. Apresentar declaração de que atende à exigência de reserva de vagas em seus cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, referida no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, caso a licitante possua 100 (cem) ou mais empregados, e/ou outra exigência referida em normas específicas a que estiver submetida (art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021);

**5. DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL**

5.1. Tendo em vista tratar-se de necessidade permanente do Tribunal, objeto de contratação anual e orientada pela Resolução TCDF nº 358/2022, a presente proposta constará do Plano de Contratação Anual, exercício 2024, conforme registro das ações em andamento no processo nº 00600-00002465/2023-21.

5.2. Registre-se ainda que por meio do Memorando nº 46/2023 – SESAP (e-Doc 7ED602BF), do dia 13 de junho de 2023, foi repassada ao Secof a estimativa de custos das ações pretendidas para as despesas com passagens e diárias, necessárias no treinamento para equipes, líderes e servidores do TCDF para se fazer constar da previsão orçamentária – PPA 2024-2027, conforme demonstrativo a seguir:

Despesa		2024	2025	2026	2027	Metodologia de Cálculo
Treinamento para equipes, líderes e servidores do TCDF	33.90.33 Passagens e Despesas com Locomoção	R\$ 676.950,13	R\$ 778.492,65	R\$ 895.266,55	R\$ 1.029.556,54	Prestação de serviços fornecimento de passagens, considerando o valor previsto em contrato para 2023, acrescido de 15% ao ano.
	33.90.14 Diárias Pessoal Civil	R\$ 517.500,00	R\$ 595.125,00	R\$ 684.393,75	R\$ 787.052,81	Valor reservado em 2023 para concessão de diárias, acrescido de 15% ao ano.
<b>Total</b>		<b>R\$ 1.196.474,13</b>	<b>R\$ 1.375.642,65</b>	<b>R\$ 1.581.686,30</b>	<b>R\$ 1.818.636,35</b>	

**6. DA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES**

6.1. Para realizar a estimativa do quantitativo de bilhetes de passagens aéreas a serem emitidos durante o um período de 12 (doze) meses, deve-se levar em consideração o histórico das necessidades apresentadas pelas unidades que utilizam desse serviço no âmbito do Tribunal, com atenção especial às principais unidades demandantes.

6.2. Em geral, as principais unidades demandantes de passagens aéreas são a Escola de Contas Públicas (Escon), quando se trata de deslocamentos necessários para a participação de autoridades e servidores em eventos presenciais de capacitação em outras unidades da federação; e o Gabinete da Presidência, para representações e soluções de demandas de interesse institucional do Tribunal. Acrescente-se ainda número considerável de passagens aéreas demandadas por outras unidades da Casa, para a realização de ações de trabalho.

6.3. Não há como precisar com muita antecedência a totalidade das ocorrências vinculadas a cada área do Tribunal, que vão requerer a aquisição de passagens aéreas durante um período de


**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**

 SECRETARIA DE ENGENHARIA E SERVIÇOS DE APOIO – SESAP  
 SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO – SPC

12 (doze) meses, tendo em vista o caráter circunstancial da maior parte delas; embora haja repetições anuais de algumas.

6.4. O contrato atual de agenciamento de viagens do TCDF (Contrato nº 3/2023) previu um quantitativo inicial estimado para aquisição de 438 passagens aéreas em 2023. Essa estimativa total de bilhetes resultou da avaliação do consumo médio apurado nos anos de 2018 e 2019 (não foram considerados os anos de 2020 e 2021 em razão da pandemia) acrescido de reserva técnica correspondente ao próprio montante da média apurada, conforme demonstrado a seguir:

Consumo de passagens em 2018	Consumo de passagens em 2019	Média 2018/19	Reserva Técnica	Consumo estimado para o exercício de 2023
224	214	219	219	438

6.5. Ocorre que, no contexto dessa atual contratação, foi verificada a demanda de compra de 182 bilhetes até o mês de julho, correspondendo à execução de 41,55% em relação aos 438 bilhetes previstos para o ano, o que permite observar um consumo médio mensal de 26 bilhetes, conforme tabela abaixo.

Exercício de 2023 – Previsão de 438 Passagens		
Período	Previsto	Utilizado
7 meses (janeiro a julho)	255,5	182
1 mês (média)	36,5	26

6.6. Esse consumo médio mensal apurado aponta para o retorno da normalidade em relação à necessidade de utilização de viagens aéreas no âmbito do Tribunal. Mais que isso, considerando o consumo de 2018 e 2019, cuja média mensal de bilhetes emitidos foi de aproximadamente 18 e 17 bilhetes, respectivamente, observa-se um considerável viés de alta da demanda com perspectiva de superação dos números do período anterior à pandemia.

6.7. Com base no comportamento do consumo até o mês de julho, é possível obter uma projeção de consumo médio de 312 bilhetes para todo o ano de 2023. Esse número indica ser prudente a manutenção do quantitativo de 438 bilhetes também para o próximo contrato.

6.8. Dessa forma, a situação do quantitativo de passagens para um período de 12 (doze) meses pode ser estimada da seguinte maneira:

Consumo de passagens em 2018	Consumo de passagens em 2019	Consumo de passagens em 2023*	Média do Período 2018/19/23	Reserva Técnica (75%) **	Consumo estimado para 12 meses (Média do Período + Reserva Técnica)
224	214	312	250	188	438

\*Projeção anual realizada tendo em conta a média do consumo do período de janeiro a julho/23 (182/7\*12).

\*\*Valor suficiente para, somado à Média do Período, igualar ao quantitativo estimado de 2023.

## 7. DO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

7.1. O Parcelamento da solução escolhida não se aplica ao serviço de agenciamento de viagens com fornecimento de passagens aéreas.

## 8. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. Além da dificuldade apontada em relação ao quantitativo estimado para a contratação em questão, existe o fato de o transporte aéreo ter precificação extremamente volátil. Um mesmo




**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**

 SECRETARIA DE ENGENHARIA E SERVIÇOS DE APOIO – SESAP  
 SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO – SPC

trecho pode apresentar grande variação de preços, a depender de fatores como antecedência da compra em relação à viagem; o número de dias de intervalo do deslocamento; dia da semana em que ocorrerá viagem, demanda de viagens para determinada cidade, quantidade de voos, entre vários outros fatores. Essas características dificultam sobremaneira a definição de um valor estimado preciso para o objeto, bem como o volume total estimado do gasto.

8.2. Foi realizada pesquisa de preço no que tange às contratações dos serviços para fornecimento de passagens aéreas no âmbito de outros Órgãos da Administração Pública, com o objetivo de verificar as soluções compatíveis/similares em relação às necessidades apresentadas no presente estudo. Também se verificou o preço estimado de cada uma dessas contratações os quais alimentaram as planilhas apresentadas na sequência:

**Tabela 1 - Mapa Comparativo de Preços**

VALOR ESTIMADO DAS PASSAGENS AÉREAS							
Nº	CT	Pregão	UASG	Vigência	Órgão	Valor Estimado das Passagens	Nº de Passagens Previstas
1	03/2023	01/2022	974003	31/12/2023	TCDF - Tribunal de Contas do DF	R\$ 1.343,96	438
2	86/2020	41/2020	100001	03/11/2023	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	R\$ 2.460,63	127
3	25/2023	8/2023	97322	16/07/2023	Tribunal de Contas do Estado de Goiás	R\$ 1.035,76	253
4	004/SG/MPDFT/2023	76/2022	200009	31/12/2023	Ministério Público do Distrito Federal e Territórios	R\$ 2.580,00	170
5	17/2022	29/2022	30001	31/07/2025	Tribunal de Contas da União	R\$ 1.800,00	3.000
MÉDIA						R\$ 1.844,07	
MEDIANA						R\$ 1.800,00	
MENOR ENTRE MÉDIA E MEDIANA						R\$ 1.800,00	
VALOR ESTIMADO DO PERCENTUAL DE DESCONTO							
Nº	CNPJ			Órgão		% DESCONTO	
1	00.534.560/0001-26			TCDF - Tribunal de Contas do DF		16,05%	
2	00.531.954/0001-20			TJDFT-Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios		23,00%	
3	00.082.024/0001-37			CAESB-Companhia de Saneamento do Distrito Federal		11,04%	
MÉDIA						16,70%	
MEDIANA						16,05%	
MAIOR ENTRE MÉDIA E MEDIANA						16,70%	
VALOR ESTIMADO DA TAXA DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS							
Nº	UASG		Pregão	Órgão		TAXA	
1	974003		01/2022	TCDF - Tribunal de Contas do DF		R\$ 9,15	
3	30001		29/2022	TCU-Tribunal de Contas da União		R\$ 13,30	
4	193104		01/2023	IBAMA-Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-CE		R\$ 10,00	
MÉDIA ESTIMADA						R\$ 10,82	
MEDIANA						R\$ 10,00	
MENOR ENTRE MÉDIA E MEDIANA						R\$ 10,00	

**Tabela 2 - Avaliação dos Preços Pesquisados**

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**SECRETARIA DE ENGENHARIA E SERVIÇOS DE APOIO – SESAP  
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO – SPC

DESCRIÇÃO	TCDF	TJDFT	TC-GO	MPDFT	TCU	MEDIANA	PREÇOS INEQUÍVOCOS (-50%)	PREÇOS EXORBITANTES (+50%)
Passagens Aéreas	1.343,96	2.460,63	1.035,76	2.580,00	1.800,00	R\$ 1.800,00	R\$ 900,00	R\$ 2.700,00

  

DESCRIÇÃO	TCDF	TC-GO	TCU	IBAMA-CE	MEDIANA	PREÇOS INEQUÍVOCOS (-50%)	PREÇOS EXORBITANTES (+50%)
Taxa de Agenciamento	9,15	2,25	13,30	10,00	R\$ 9,58	R\$ 4,79	R\$ 14,37

  

DESCRIÇÃO	TCDF	TJDFT	CAESB	MEDIANA	PREÇOS INEQUÍVOCOS (-50%)	PREÇOS EXORBITANTES (+50%)
Percentual de Desconto	16,0500%	23,0000%	11,0400%	16,0000%	8,0000%	24,0000%

**Tabela 3 - Valor Estimado da Contratação**

DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA (*)	PREÇO UNITÁRIO ESTIMADO (*)	PREÇO TOTAL ESTIMADO (*)	Observação
Passagens aéreas	Und.	438	1.800,00	788.400,00	Parte variável da contratação a incidir o percentual de desconto.
Taxa de Agenciamento de Viagens	Und.	438	10,00	4.380,00	Valor unitário fixo para efeito de contratação.
<b>VALOR ESTIMADO PARA O CONTRATO</b>				<b>792.780,00</b>	

(\*) Valores meramente estimativos. Os pagamentos devidos dependerão dos serviços efetivamente prestados.

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PERCENTUAL ESTIMADO (%)
1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de agenciamento de viagens, mediante a instalação, em computadores do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF previamente indicados, de sistema “on line” automatizado via rede mundial de computadores, para a aquisição de passagens aéreas, sob demanda, considerando a cotação, reserva, emissão, remarcação e cancelamento de passagens nacionais e internacionais. <u>Percentual de desconto a ser aplicado sobre o valor do volume de vendas de passagens aéreas, nacionais e internacionais, inclusive sobre as tarifas promocionais e reduzidas disponíveis no momento da compra e sobre as taxas de bagagens eventualmente cobradas pela companhia, excluídas apenas as taxas de embarque, remarcação, cancelamento e agenciamento de viagens.</u>	16,70%

8.3. Dessa forma, o valor total estimado para a presente contratação é de **R\$ 792.780,00 (setecentos e noventa e dois mil, setecentos e oitenta reais)**, tomando-se como referência a

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**SECRETARIA DE ENGENHARIA E SERVIÇOS DE APOIO – SESAP  
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO – SPC

expectativa de gasto para um período de 12 (doze) meses, com quantidade estimada de **438 (quatrocentos e trinta e oito)** bilhetes aéreos.

8.3.1. O valor estimado para o percentual mínimo de desconto a ser ofertado pela CONTRATADA na licitação, a ser aplicado sobre o valor do volume de vendas de passagens aéreas nacionais e internacionais, inclusive sobre as tarifas promocionais e reduzidas disponíveis no momento da compra e sobre as tarifas de bagagens eventualmente cobradas pela companhia, com a exclusão apenas das taxas de embarque, remarcação, cancelamento e agenciamento de viagens, é de **16,70% (dezesseis inteiros e setenta centésimos por cento)**.

8.3.2. A remuneração dos serviços de agenciamento de viagens corresponderá à importância fixa de **R\$ 10,00 (dez reais)** por passagem aérea emitida.

8.4. O valor estimado citado no item 8.3 constitui mera expectativa de gasto não implicando, sob qualquer hipótese, compromisso do TCDF para com o seu uso durante a execução do contrato.

8.5. A previsão da quantidade de demanda das passagens aéreas para o período de 12 (doze) meses foi elaborada com base na técnica de previsão conceituada como projeção, em que o agente demandante do serviço em questão, por critérios técnicos e por critérios de experiência, estabelece a evolução natural das demandas quantitativas para determinado período, com base no histórico de demandas realizadas – por períodos específicos – em conjunto com uma margem de segurança razoável ao período e às circunstâncias.

## 9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS

9.1. No momento de desenvolvimento do presente estudo, não foram identificadas, no âmbito do TCDF, contratações correlatas à presente contratação de serviço de agenciamento de viagens com fornecimento de passagens.

9.2. As contratações anuais de cursos presenciais ministrados em outras unidades da federação, demandadas pela Escola de Contas Públicas (Escon) do TCDF, constituem contratações interdependentes da presente contratação, pois o volume de demanda desses cursos impacta o volume de passagens aéreas necessárias para o atendimento da necessidade.

## 10. DAS PROVIDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS A SEREM TOMADA ANTES DA CONTRATAÇÃO

10.1. Não foram identificadas providências prévias relevantes a serem tomada previamente à presente contratação de serviço de agenciamento de viagens com fornecimento de passagens.

## 11. RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1. Atendimento ao disposto na Resolução TCDF nº 358/2022, mediante o fornecimento de passagens aéreas para as autoridades e servidores que se afastarem do Tribunal, em objeto de *serviço* eventual ou transitório, para outro ponto do território nacional ou exterior.

11.2. Participação de autoridades e servidores do TCDF em eventos de capacitação e de aperfeiçoamento que ocorram fora de Brasília-DF e necessitem de deslocamento aéreo;

11.3. Aquisição de passagens aéreas que leve em consideração a melhor programação da viagem

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**SECRETARIA DE ENGENHARIA E SERVIÇOS DE APOIO – SESAP  
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO – SPC

aliada ao melhor preço e ganho de escala por meio do desconto oferecido pela CONTRATADA.

**12. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

12.1. A aquisição de passagens aéreas pela Administração Pública deve considerar medidas que reduzam a utilização de elementos que possam prejudicar o meio ambiente, a exemplo de documentos que possam ser impressos como programações de voos, bilhetes e etiquetas etc. Sempre que possível, deve ser dada a preferência para a utilização de documentos em formato digital. Na hipótese de utilização de documentos impressos, por exemplo, deve ser utilizada formas de descarte que estejam inseridas em procedimentos de logística reversa.

12.2. Nesse contexto, com o objetivo de prever requisitos de sustentabilidade ambiental nas contratações públicas no âmbito do Distrito Federal, o art. 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, estabelece que constem do procedimento de contratação critério de habilitação e cláusula contratual que exijam do fornecedor ações de recepção de bens, embalagens, recipientes ou equipamentos inservíveis e não reaproveitáveis pela administração pública, bem como a comprovação de que adota práticas de desfazimento sustentável, reciclagem dos bens inservíveis e processos de reutilização.

12.3. A fim de atender a obrigatoriedade descrita acima e considerando o disposto no art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, deverá ser exigida do prestador, como critério de habilitação para a contratação, declaração de que atende aos requisitos previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770/2012, fazendo também constar como obrigação contratual a manutenção das condições de habilitação durante toda a vigência contratual, prevendo o direito do contratante de fiscalizar o cumprimento dos compromissos assumidos, bem como de aplicar as sanções contratuais em caso de descumprimento.

**13. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS (\*)**

13.1. Conclui-se pela correta adequação da solução proposta, mantendo-se o modelo historicamente utilizado pelo TCDF para a contratação de serviço de agenciamento de viagens, mediante a instalação de sistema automatizado em computadores do Órgão, com acesso on-line, que possibilite a centralização de todas as operações de aquisição e gerenciamento de passagens aéreas, permitindo obter a melhor programação da viagem aliada ao melhor preço e ganho de escala usufruindo do desconto percentual oferecido pela CONTRATADA em sua proposta na licitação.

13.2. Diante do exposto, considera-se demonstrada a importância da contratação proposta e a essencialidade da solução apresentada, a fim de atender às orientações da Resolução TCDF nº 358/2022, e viabilizar viagens a trabalho de autoridades e servidores, bem como suas participações em eventos de capacitação de interesse institucional do Tribunal.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**

SECRETARIA DE ENGENHARIA E SERVIÇOS DE APOIO – SESAP  
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO – SPC

SUPERVISOR  
**SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA  
CONTRATAÇÃO**

CARGO  
**SETOR REQUISITANTE  
(CHEFIA)**

CARGO DA ÁREA ADMINISTRATIVA  
**SETOR REQUISITANTE  
(ÁREA ADMINISTRATIVA)**

CARGO DA ÁREA TÉCNICA  
**SETOR REQUISITANTE  
(ÁREA TÉCNICA)**